

VIOLÊNCIA ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DA PAZ:

uma análise do panorama atual por meio da metodologia do
Estado do Conhecimento ¹

SCHOOL VIOLENCE AND PEACEBUILDING:

an analysis of the current panorama through the methodology of the State
of Knowledge

Marcio Teixeira de Souza ⁱ

Alexandre Anselmo Guilherme ⁱⁱ

RESUMO: Com o objetivo de criar um cenário contemporâneo sobre conflitos e violência escolares, considera-se a construção detalhada do estado do conhecimento panorâmico atual da temática, categorizando os trabalhos encontrados e integrando pesquisas prévias do autor. Busca-se apresentar que, em vez de evitar os conflitos, devemos enxergá-los como oportunidades valiosas para o desenvolvimento integral dos estudantes, de forma a contribuir para uma cultura de paz. Nesse processo, percebeu-se a necessidade de fomentar a formação dos professores e desenvolver habilidades sociais, passos fundamentais para estabelecer relações interpessoais respeitadas e empáticas, essenciais para transformar as dinâmicas e os conflitos dentro das escolas.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Violência escolar. Cultura da paz.

ABSTRACT: This article analyzes educators training to work in hospital settings, highlighting the relevance of interdisciplinarity. With the aim of creating a contemporary scenario on school conflicts and violence, considering the detailed construction of the state of knowledge that will present a current overview of the theme, categorizing the works found,

¹ Este artigo foi articulado a partir do trabalho final da disciplina do Estado do Conhecimento, oferecida em cotutela pelos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pelas docentes Profa. Dra. Marília Morosini e Profa. Dra. Egeslaine de Nez.

integrating previous research by the author. To present that, instead of avoiding conflicts, we should see them as valuable opportunities for the integral development of students, contributing to a culture of peace. In this process, the need to foster teacher training and develop social skills was perceived, fundamental steps to establish respectful and empathetic interpersonal relationships, essential to transform the dynamics and conflicts within schools.

Keywords: State of Knowledge. School violence. Culture of peace.

1 TRANSFORMAÇÃO COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Elaborar um trabalho na área da Educação nos leva a ampliar nossa perspectiva, incluindo diferentes abordagens e tornando o pensamento mais multidisciplinar. Isso potencializa os resultados e aumenta as chances de estimular novas reflexões naqueles que acessam o conteúdo produzido.

A comunicação se manifesta de diversas formas e, acima de tudo, representa a habilidade de uma pessoa de compreender a si mesma e de estabelecer conexões tanto consigo quanto com os outros (Rosenberg, 2006). Assim, uma expressão aparentemente simples pode modificar totalmente o sentido e a força dessa ligação. Por trás de uma frase trivial, pode existir uma profundidade significativa relacionada ao verdadeiro objetivo de transmissão da mensagem. Lederach (2012) exemplifica essa ideia ao discutir os conceitos de “resolução” e “transformação” no âmbito dos conflitos. Ao defender a noção de “transformação”, o autor destaca que o foco não está apenas na terminologia utilizada, mas na compreensão do significado e das consequências que as palavras carregam.

Com efeito, esta produção, escrita por um educador, traz em caráter central as ideias e os pensamentos de John Paul Lederach (1995, 2012, 2014), que atua há mais de 20 anos na temática de mediação de conflitos e é reconhecido internacionalmente como conciliador e mediador, oriundo da área de Relações Internacionais. Dessa forma, o presente estudo tem o propósito de explorar conceitos de um pesquisador de fora da Educação e adaptá-los ao meio educacional. Para tanto, faz-se necessário examinar as produções sobre transformação e resolução de conflitos, além de análises sobre violência escolar, com vistas a compreender como a abordagem transformativa pode contribuir para a gestão dos problemas de relacionamento em escolas e a redução de atos violentos nesse ambiente.

Sendo esse nosso objetivo central, aqui se torna imprescindível a metodologia do estado do conhecimento para gerar um panorama atual sobre a temática. Antes da pesquisa em sua prática, portanto, fez-se uma fusão das teorias levantadas com o que o pesquisador já tinha de conhecimento acumulado. A partir da busca realizada no estado do conhecimento, foi possível criar as categorias essenciais para gerar um desenvolvimento escrito comparativo e propositivo do tema.

Nas próximas seções, teremos a explicação da metodologia do estado do conhecimento e de como ele se aplica ao objeto de estudo desta pesquisa. Na sequência, serão apresentados as categorias

relativas a tal metodologia e os trechos principais dos achados, conduzidos através de um olhar propositivo do autor.

2 UM RECORTE ATUAL DA TEMÁTICA

Com o objetivo de compreender melhor o campo desta investigação, utilizaram-se os princípios do estado do conhecimento para verificar os estudos, as pesquisas e as produções nacionais mais recentes. Ele possibilita ao pesquisador conhecer a condição atual de um determinado tema, auxiliando no desenvolvimento de uma nova pesquisa. Quando tratamos da identificação, registro e categorização de produções científicas de uma área específica, em determinado período, a partir do exame de teses, dissertações, artigos e livros, estamos nos referindo ao estado do conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014).

Após concluir minha dissertação de mestrado, utilizando o estado do conhecimento, fui selecionado para o doutorado, no qual tive a oportunidade de cursar a disciplina que leva o mesmo nome da metodologia, ministrada pela Profa. Morosini. Agora acompanhado diretamente pela autora do método, refiz o processo utilizado anteriormente em minha dissertação. Dessa forma, pude perceber uma mudança nos achados e principalmente na análise por categorias das produções encontradas.

Com base nos princípios do estado do conhecimento, elegemos como fonte principal a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Nela há teses e dissertações integradas em um sistema de informação existente nas instituições de ensino e pesquisa de todo o Brasil.

As palavras-chave utilizadas foram “transformação de conflitos”, “transformação de conflitos escolares”, “resolução de conflitos escolares”, “resolução de conflitos” *and* “escolar” e “violência escolar”. Aplicou-se o filtro de período, compreendendo a busca nos últimos dez anos, ou seja, de 2015 a 2024, para todos os descritores, exceto “violência escolar”. Nesse caso, devido à grande quantidade de produções, a procura restringiu-se ao intervalo de 2022 a 2024, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Resumo dos achados

Palavras-chave	Data da pesquisa	Período pesquisado	Trabalhos encontrados	Trabalhos selecionados	Filtro
“transformação de conflitos”	17/04/2025	2015-2024	28	1	Período
“transformação de conflitos escolares”	17/04/2025	2015-2024	0	0	Período
“transformação de conflitos” <i>and</i> “escola”	17/04/2025	2015-2024	0	0	Período
“resolução de conflitos escolares”	17/04/2025	2015-2024	296	5	Período
“resolução de conflitos” <i>and</i> “escolar”	17/04/2025	2015-2024	161	3	Período

"violência escolar"	17/04/2025	2022-2024	416	4	Período
---------------------	------------	-----------	-----	---	---------

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Para a seleção dos trabalhos, além da filtragem por período, conforme explicado previamente, considerou-se a relação do descritor com o ambiente escolar, preferencialmente envolvendo o público dos anos finais do Ensino Fundamental. Logo, as produções que não se encaixavam nesses critérios foram descartadas.

Abaixo, apresentamos o quadro com o detalhamento das produções selecionadas. A ordem se estabeleceu ao passo que os achados foram acontecendo, de acordo com os descritores já listados.

Quadro 2 – Detalhamento dos trabalhos selecionados

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2020	Facchini, J.	<i>Por uma construção relacional de paz: a intersubjetividade na transformação de conflitos de John Paul Lederach</i>	Construção da Paz. Intersubjetividade. John Paul Lederach. Reconciliação. Transformação de Conflitos.
2	2019	Jerônimo, R. C.	<i>Paz para estudar: a mediação de conflitos na escola para uma cultura de paz</i>	Conflito/Violência. Formação de Professores. Mediação de Conflitos/Cultura de Paz.
3	2019	Pereira, L. R. M.	<i>Os conflitos em ambientes escolares: um olhar além da superfície</i>	Conflitos na Escola. Violência na Escola. Prática Educativa. Relacionamentos Sociais.
4	2018	Archangelo, R. M. R.	<i>Um olhar nas relações de convivência na escola: conflitos, violências, mediação e enfrentamentos</i>	Professor Mediador. Violência da Escola. Microviolência Escolar. Exercício da Cidadania. Conflitos Interpessoais.
5	2017	Fernandes, E. P.	<i>Construção coletiva de regras e resolução de conflitos: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos</i>	Violência na Escola. Indisciplina. Desenvolvimento Moral. Autonomia. Respeito Mútuo.
6	2016	Pinheiro, O. B. A.	<i>Os conflitos escolares nos anos finais do ensino fundamental</i>	Conflitos Escolares. Ensino Fundamental II. Visão de Alunos. Professores e Gestores.
7	2019	Dias, G. R. U.	<i>Gestão escolar e práticas de resolução dos conflitos: a Justiça Restaurativa em questão</i>	Conflitos e Violências. Gestão Escolar. Justiça Restaurativa.
8	2018	Ribeiro, E. M. P. P.	<i>Intervenção docente nos conflitos interpessoais de estudantes: formas e fatores de interferência</i>	Desenvolvimento Moral. Intervenção Docente. Conflitos Escolares.
9	2019	Souza, C. V.	<i>Os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar: uma abordagem sobre as práticas restaurativas na educação</i>	Conflitos e Violência na Escola. Práticas Restaurativas. Políticas Públicas. Criança e Adolescente. Educação.

10	2018	Barbosa, T. A.	<i>A violência no contexto escolar: representações de alunos do ensino fundamental</i>	Representação. Violência. Violência Psicológica. Relações Interpessoais. Ensino.
11	2015	Giordani, J. P.	<i>Violência escolar: formas de manifestação e fatores associados</i>	Violência escolar. Paz.
12	2022	Pereira, E. A. C.	<i>Espaço escolar na contradição: educação e violência – experiências de professores no contexto da educação básica</i>	Experiências. Violência. Saúde. Paz.
13	2022	Salles, V. O.	<i>Formação de professores em educação para paz: um caminho para a prevenção das violências escolares</i>	Educação para a Paz. Cultura de Paz. Formação de Professores. Paulo Freire. Educação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Observando o quadro 2, verificamos 13 trabalhos, sendo 11 dissertações e duas teses. Esse fato corrobora a análise de que as pesquisas referentes à temática escolhida têm menor aprofundamento no âmbito do doutorado.

Das muitas análises possíveis ao olhar o quadro, somos levados a concluir que a temática desperta maior interesse em mulheres do que em homens, pois identificamos 12 cientistas do gênero feminino e apenas um do gênero masculino. Podemos perceber também que não há nenhuma publicação dos últimos dois anos sobre a temática pesquisada. Ademais, verifica-se que quase metade (cinco) dos trabalhos foi produzida no estado de São Paulo (SP), enquanto Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS) aparecem com duas produções cada um.

3 DO OLHAR ATUAL A CATEGORIZAÇÃO

Partindo da análise dos 13 trabalhos selecionados, procedeu-se à criação de categorias. Para isso, foi utilizado o recurso da inteligência artificial (IA) da seguinte forma: os resumos dos achados foram lançados no sistema de IA, ao qual se solicitou a categorização. O autor analisou minuciosamente o que foi fornecido pela inteligência artificial e definiu quatro categorias: (1) Teorias e Abordagens sobre Conflitos Escolares; (2) Cultura de Paz e Humanização; (3) Violências Escolares; (4) Formação de Professores. A seguir, teremos um desdobramento de cada uma delas.

3.1 Teorias e Abordagens sobre Conflitos Escolares

Na primeira categoria, Teorias e Abordagens sobre Conflitos Escolares, estão os trabalhos 1, 4, 6, 7, 8 e 9. O trabalho 1 aborda as teorias de Lederach e a reconciliação. A produção 4 investiga os conflitos escolares, buscando identificar, analisar e compreender aqueles que ocorrem com frequência na sala de aula, na visão de alunos, professores e gestores. Os demais trabalhos citados tratam de ações

concretas, como mediação escolar, justiça restaurativa, programas de convivência e construção coletiva de regras, focando as estratégias adotadas para prevenir ou resolver conflitos.

Facchini (2020), que discorre sobre a teoria da transformação de conflitos e as práticas voltadas à construção da paz, considera o conflito uma característica inerente à condição humana, por isso analisa a perspectiva da intersubjetividade na experiência social e sistematiza as bases teóricas e conceituais propostas por Lederach. A análise lederachiana, conforme explorada por Facchini (2020), detalha práticas de construção da paz, investigando emoções, percepções e sentimentos como forças sociais, além de propor uma abordagem prática para lidar com conflitos, sempre em busca da reconciliação quando possível. Ao examinar a dissertação de Facchini (2020), fica evidente que a reconciliação desempenha um papel central na transformação do conflito em paz, embora esse conceito ainda seja pouco aprofundado na academia brasileira. A transformação de conflitos e a construção de paz requerem intervenções específicas, com o objetivo de prevenir novos conflitos e promover um ambiente pacífico sustentável.

Com o intuito de identificar, analisar e compreender os conflitos escolares e suas causas, Pinheiro (2016) realiza uma pesquisa qualitativa de caráter analítico-descritivo. O estudo busca captar a percepção de gestores, professores e alunos de uma escola de Ensino Fundamental II em São Paulo sobre a ocorrência desses conflitos. Para embasar o arcabouço teórico, o autor recorre a Xésus R. Jares (1997), o qual define conflito como uma situação em que indivíduos ou grupos sociais perseguem objetivos opostos, afirmam valores incompatíveis ou apresentam interesses divergentes. Ao longo da dissertação, Pinheiro (2016), ainda com base em Jares (1997), descreve o conflito como um fenômeno de contradição, influenciado por diferentes tipos de ideologias.

Dias (2019) destaca que a temática de violências e conflitos no ambiente escolar, apesar de extensa e complexa, deve ser estudada e compreendida. Além disso, a dissertação da autora ressalta a classificação de conflitos baseada na teoria de Pardo e Nascimento (2015), que organiza os conflitos em categorias para promover um desenvolvimento conceitual mais aprofundado. Essas categorias são: o modelo de manifestação, que considera os conflitos consequências de estruturas mais amplas, como economia, meios de produção e perspectivas políticas; o modelo de interação, que aborda o conflito sob uma ótica situacional, ou seja, ele surge das formas de interação e do impacto delas na manutenção ou mudança das convivências; e o modelo crítico, que amplia a compreensão do conflito ao analisar as formas de interação, a fim de entender como os sujeitos conduzem as situações conflituosas em busca de justiça, considerando a dimensão negociada da vida em sociedade.

A dissertação de Souza (2019) retrata uma visão interessantíssima sobre as práticas restaurativas dentro dos conflitos sociais. Ela teve como objetivo investigar o funcionamento de uma política pública voltada à resolução de conflitos nas escolas, implementada por meio de um projeto do Poder Judiciário do estado do Amapá – especificamente, a instalação dos Núcleos de Práticas Restaurativas (NPR). A proposta era promover a cultura de paz por meio da mediação de conflitos e de atividades preventivas, buscando enfrentando a indisciplina e a violência escolar. Entre as conclusões do estudo, destaca-se que, apesar de sua implantação recente, o NPR tem provocado mudanças significativas nas relações entre os membros da comunidade escolar, contribuindo para a redução dos casos de violência no ambiente escolar.

Durante a apresentação de sua pesquisa, Souza (2019, p. 42) também oferece uma classificação dos conflitos, fundamentada na teoria de Vasconcelos (2008):

O autor relata que os conflitos decorrem da convivência social do homem com suas contradições. Para tanto, ele subdivide o tema em quatro espécies: conflitos de valores; conflitos de informação; conflitos estruturais e conflitos de interesse. Esses tipos de conflito perpassam pelas diferenças de ideologias, de religião, bem como informações distorcidas, diferenças nas circunstâncias políticas, econômicas ou contradições nas reivindicações de bens e interesses comuns.

Archangelo (2018) aborda os conflitos na escola de diversas formas, destacando que eles estão presentes no cotidiano institucional e muitas vezes são desencadeadores de microviolências e violência mais ampla. Ele discute a proposta do Governo do Estado de São Paulo de introduzir profissionais, como o Professor Mediador Escolar Comunitário (PMEC), com foco na mediação de conflitos baseados na justiça restaurativa para melhorar o clima relacional nas escolas e promover a convivência pacífica. No entanto, o estudo revela que, na prática, essa mediação e a implementação de projetos de prevenção à violência ainda são limitadas ou inexistentes em algumas escolas e que muitas intervenções ainda dependem de punições tradicionais, como a suspensão de alunos. Além disso, observa que os projetos existentes são comumente burocráticos e podem até transformar-se em fatores que perpetuam a violência, devido à sua execução inadequada.

O texto também aponta que a ausência de um trabalho sistematizado e dialógico na resolução dos conflitos compromete a formação de uma cultura de cidadania plena na escola. Assim, Archangelo (2018) evidencia que os conflitos interpessoais, apesar de comuns, ainda enfrentam dificuldades na sua gestão eficaz, refletindo a necessidade de ações mais estruturadas e participativas para promover a convivência saudável e o exercício da cidadania.

Na dissertação intitulada *Intervenção docente nos conflitos interpessoais de estudantes: formas e fatores de interferência*, Ribeiro (2018) discute as concepções sobre o conflito e sua ocorrência no ambiente escolar para compreender os elementos que podem influenciar a atuação do professor diante de conflitos entre pares. Nesse contexto, a autora defende que, para entender o conflito, é fundamental diferenciá-lo de outros fenômenos presentes na rotina escolar, como a indisciplina, a incivilidade e a prática de *bullying*, que não devem ser considerados iguais, conforme explica. Após estabelecer as devidas distinções, a pesquisadora apresenta conceitos relacionados aos conflitos, muitos dos quais já foram citados neste projeto.

Vale destacar que, em sua dissertação, Ribeiro (2018) também reconhece o conflito como uma oportunidade para mudanças positivas. Para ela, compreender as estratégias adotadas pelos estudantes na resolução de conflitos é essencial para que o educador possa intervir de forma mais eficaz, quando necessário.

Ribeiro (2018) aponta três estratégias de resolução de conflitos: a submissa, a agressiva e a assertiva. A abordagem submissa é adotada pela pessoa que, ao enfrentar um desacordo, opta por se silenciar, derramar lágrimas e solicitar que outrem resolva a querela em seu nome ou simplesmente

ignora o ocorrido, motivada por temor, receio de ferir sentimentos ou dificuldade em manifestar suas necessidades e aspirações. De acordo com Ribeiro (2018), indivíduos propensos a essa tática podem enfrentar questões internas, como insatisfações, estresse e um sentimento de descontentamento. Em certos casos, eles ficam dependentes da aceitação alheia e das exigências daqueles que consideram superiores, revelando um marcante aspecto de personalidade moral dependente.

A segunda abordagem apontada por Ribeiro (2018), a agressiva, é a que mais alarma a maior parte dos professores, pois causa prejuízos evidentes ao próximo, por conta de interferir diretamente no andamento da tarefa em questão. A autora observa que, à primeira vista, os estragos dessa abordagem afetam apenas os outros; porém, na realidade, não é assim. Frequentemente, quem a escolhe também sofre consequências, como isolamento social em seu círculo, por ser visto como alguém violento, o que pode criar um ciclo negativo – uma vez que o excluído se sente sozinho e propenso a emoções como fúria – e elevar o risco de novas atitudes hostis.

A estratégia final é chamada de assertiva; nela, a pessoa é capaz de identificar suas emoções e se colocar na perspectiva do outro, lidando com o desacordo sem qualquer forma de pressão e exibindo independência para compreender o que ocorre, com habilidade para dialogar e buscar acordos. Isso representa um equilíbrio entre a proteção de seus próprios direitos e o reconhecimento dos direitos dos demais.

Depois de analisar as abordagens que as crianças podem adotar ao lidar com um conflito, Ribeiro (2018) nos incentiva a considerar o papel do professor como facilitador. Ela propõe a presença de uma terceira parte capaz de modificar um cenário de tensão e alcançar um resultado que promova a harmonia, evitando qualquer forma de agressão. Dessa forma, a autora explica de que maneira o educador pode ser percebido como facilitador:

Como mediadores, eles podem promover reflexão, a partir do conhecimento da tendência que os alunos estão comumente usando para resolver seus conflitos. Essa reflexão deve levá-los a pensar suas estratégias, também, sob o ponto de vista do outro colega envolvido no conflito, bem como, levá-los a avaliar se suas estratégias estão sendo empregadas de maneira a resolver o conflito, de modo assertivo. Desse modo, os(as) docentes podem contribuir para o desenvolvimento das estratégias de negociação interpessoal dos(das) estudantes (Ribeiro, 2018, p. 48).

Torna-se fundamental o papel dos mediadores, especialmente dos docentes, na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais e de resolução de conflitos entre os estudantes. A mediação eficaz envolve incentivar os estudantes a avaliarem suas estratégias de resolução de conflitos, ajudando-os a perceber se essas ações são assertivas e se realmente contribuem para uma resolução positiva. Assim, os docentes podem facilitar o desenvolvimento de habilidades de negociação interpessoal, essenciais para o convívio social harmonioso e para o crescimento emocional dos estudantes.

Haja vista a base teórica pré e pós-estado do conhecimento sobre conflitos, podemos concluir a primeira categoria destacando que, segundo Lederach (2012), a transformação de conflitos é um

campo interdisciplinar que busca compreender e atuar sobre as disputas humanas, de modo a promover não apenas a resolução de conflitos pontuais, mas a construção de relações sociais mais justas, empáticas e pacíficas. Diversas teorias e abordagens fornecem fundamentos para essa prática e ressaltam elementos como o reconhecimento, a intersubjetividade, a negociação, a reconciliação e a construção relacional da paz.

As abordagens vistas enfatizam que o conflito não deve ser encarado apenas como uma disputa de interesses ou uma questão de poder, mas também como um fenômeno que envolve emoções, percepções e relações sociais. Nessa perspectiva, o conflito é entendido como uma oportunidade para o reconhecimento mútuo e para a transformação das relações sociais, conduzindo à paz.

3.2 Cultura de Paz e Humanização

A categoria Cultura de Paz e Humanização inclui a produção 13. Esse texto discute a formação de professores e a implementação de práticas pedagógicas voltadas à promoção da paz, do respeito, da tolerância e da cidadania, além de refletir sobre a importância de uma educação que valorize a convivência harmoniosa.

Construir uma cultura de paz e fomentar a humanização são processos necessários para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, solidária e livre de violências. No contexto educacional, essa perspectiva assume uma relevância ainda maior, pois a escola é um espaço privilegiado para a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de promover o respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos.

A Educação para a Paz, conforme Salles (2022), destaca-se como um caminho primordial para a prevenção da violência escolar. Ao integrar a formação continuada de professores com práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, o entendimento das diferenças e a resolução de conflitos de forma não violenta, é possível transformar a escola em um ambiente humanizador. Essa abordagem reconhece que a paz não é apenas a ausência de guerra ou violência, mas um estado de convivência harmoniosa e de respeito mútuo, concebido por relações humanas baseadas na empatia e na solidariedade.

A humanização na escola implica, também, pensar o educador como um agente de transformação social, capaz de instituir uma cultura de paz a partir de suas práticas pedagógicas. Segundo Freire (1986), a educação deve ser um ato de humanização, no qual o educador e o educando se reconhecem como sujeitos de direito e protagonistas de suas próprias histórias. Assim, o desenvolvimento de uma cultura de paz busca fortalecer valores como a tolerância, o diálogo e o respeito às diferenças, contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Para consolidar essa cultura, é fundamental investir em ações que estimulem o diálogo e a escuta ativa, além de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a resolução pacífica de conflitos. A legislação brasileira, como a Lei n. 13.663 (Brasil, 2018), reforça a importância

de inserir a Educação para a Paz na formação dos professores, reconhecendo-a como uma estratégia essencial para prevenir a violência escolar e favorecer uma convivência mais humanizada.

As estratégias para combater a violência na escola dependem diretamente da atuação dos educadores que convivem nesse ambiente; portanto, é praticamente impossível prevenir e enfrentar esse grande desafio sem uma formação adequada. Um espaço com menos violência é um ambiente que promove a paz. Segundo Galtung (1990), o desenvolvimento de um ambiente pacífico está relacionado à diminuição das violências, através de ações que visem prevenir essas manifestações nocivas.

Os estudos sobre a paz fortalecem a premissa que uma Cultura de Paz é uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos humanos, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir violências. Por isso, ao entender as pautas dos estudos sobre a paz, consideramos a Educação para a Paz como aquela que procura resolver os conflitos por meio do diálogo e tornando as violências inviáveis (Salles, 2022, p. 29).

Salles (2022) destaca que, para implementar uma educação voltada à paz, é crucial compreender e desenvolver o entendimento teórico sobre o tema. Além disso, é preciso realizar ações e reflexões que possibilitem uma visão crítica e proativa em relação à paz.

Fica evidente que a cultura da paz nas escolas é indispensável para a formação de cidadãos conscientes e capazes de viabilizar a convivência harmoniosa, principalmente nos momentos de conflito, os quais demandam uma postura que oportunize a paz. A implementação de práticas pedagógicas voltadas ao respeito, ao diálogo, à tolerância e à resolução pacífica de conflitos contribui para a construção de um ambiente escolar mais humanizador e livre de violência. Portanto, investir na cultura da paz nas escolas não apenas melhora o ambiente educacional, mas também propicia o desenvolvimento de uma sociedade mais empática e resistente à violência.

3.3 Violências Escolares

Dos 13 trabalhos selecionados no estado do conhecimento, os trabalhos 10, 11 e 12 compõem a categoria Violências Escolares. O trabalho 10 aborda especialmente a violência psicológica, suas manifestações e como os estudantes percebem ou minimizam os tipos de agressão. O trabalho 11 debruça-se sobre as diferentes formas de violência escolar, explora as percepções de alunos e professores a respeito do assunto e também analisa as características do ambiente e os fatores que contribuem para a ocorrência de ações violentas, além de discutir possíveis implicações para a promoção de escolas mais seguras e saudáveis. A última produção integrante dessa categoria é o trabalho 12, o qual define a violência como um fenômeno complexo que impacta o ambiente escolar, tanto internamente quanto externamente, e foca os reflexos e impactos dela sobre os professores.

De acordo com Giordani (2015), que se baseia na definição da World Health Organization (WHO, 2002), a violência é caracterizada pelo uso intencional de poder ou força física, seja de forma real ou sob ameaça, dirigida contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade. Isso resulta em lesões, danos psicológicos, morte, privação (por negligência ou omissão), problemas de desenvolvimento e sofrimento. O autor complementa essa perspectiva ao analisar a natureza inerente aos atos violentos:

Em relação à natureza dos atos violentos, estes podem ser físicos, sexuais e/ou psicológicos. Esta definição é bastante ampla e também categoriza os atos violentos, distinguindo a violência autoinfligida (comportamento suicida e autolesões), a violência coletiva (social, política e econômica), e a violência interpessoal perpetrada contra outro indivíduo ou contra pequenos grupos. A violência interpessoal pode ocorrer no ambiente intrafamiliar, envolvendo pessoas com laços afetivos, ou no ambiente comunitário, com pessoas sem parentesco, conhecidas ou não, em locais fora da residência dos sujeitos (Giordani, 2015, p. 14).

Segundo Barbosa (2018), a violência representa um aspecto relacionado à existência humana, manifestando-se nas interações sociais construídas ao longo da história. Pode ser analisada sob perspectivas culturais, políticas, econômicas e psicossociais. A autora acrescenta que

A violência pode se manifestar de diversas formas e em diferentes circunstâncias, tais como na vida doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra a criança, o jovem, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afrodescendente, o homossexual, dentre outras. Nesse contexto, pode-se dizer que a violência está, de certa forma, enraizada em nossa cultura e em nossa memória, sendo composta por uma ampla possibilidade de formas e características de apresentação na vida cotidiana (Barbosa, 2018, p. 11).

Com base em Zaluar e Leal (2001), Barbosa (2018) afirma que as situações de violência incorporam diferentes origens, como o não reconhecimento do outro, a negação da dignidade humana, a ausência de compaixão e a palavra alicerçada no poder. Nesse sentido, a autora observa que todas elas se caracterizam por não ter ou por ter pouco espaço para o diálogo, fazendo com que os envolvidos busquem outras estratégias de interação.

Para Pereira (2022), a violência é intrínseca à existência humana, presente desde os tempos mais remotos e persistente até os dias atuais. A autora alega que o ser humano é a única espécie capaz de raciocinar, aprender, compreender, ponderar e julgar situações ou seus semelhantes; por isso, inserir a violência no âmbito da razão e analisá-la pode aprimorar as relações interpessoais. Além disso, conforme os autores referenciados pela pesquisadora, o conceito de “violência” é altamente complexo, o que sugere a necessidade de estudá-lo de forma fragmentada para uma compreensão mais profunda. Sendo assim, consoante o Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz

(CIIIP, 2002), vinculado à Universidade para a Paz das Nações Unidas, Pereira (2022) identificou na sociedade práticas consideradas violentas e as agrupou em cinco tipos.

- 1) Violência coletiva: ocorre quando a sociedade, coletivamente ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta. O caso extremo desse tipo de violência são as atividades conhecidas como práticas de guerra.
- 2) Violência institucional ou estatal: é exercida pelas instituições legitimadas para o uso da força quando, na prática de suas prerrogativas, impedem a realização das potencialidades individuais. O CIIIP (2002) atribui esse tipo de violência às tecnologias de destruição e aos processos armamentistas, afirmando que ele se diferencia da violência estrutural pelo seu menor grau de abstração e, nesse sentido, pela possibilidade de ser atribuído a alguma instituição em particular.
- 3) Violência estrutural: é instituída dentro da estrutura e se manifesta como um poder desigual e, conseqüentemente, como uma possibilidade de vida diferente. Em sentido mais amplo, a desigualdade é a fórmula geradora da violência estrutural. A estrutura social abarca, em seu interior, esse tipo de violência e inclui as práticas e habitualidades da desigualdade social. Logo, não envolve tão somente a forma como os recursos são distribuídos, mas também a desigualdade com que é estabelecido o poder de decidir essa distribuição, ou seja, além de não haver uma equânime distribuição dos recursos, não há isonomia de poder para fazê-la.
- 4) Violência cultural: é exercida por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo) e caracterizada pela utilização da diferença para inferiorizar e da assimilação para desconhecer a identidade do outro. Essa violência, que pode ser perpetrada individualmente ou coletivamente, é uma prática prejudicial a uma pessoa ou coletividade de pessoas e se assenta nas diferenças de gênero, idade, etnia, religião, origem social e/ou convicção ideológica, incluindo as ações contra o meio ambiente e patrimônio da humanidade.
- 5) Violência individual: tem origem social e se manifesta de modo interpessoal. Compreende os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômicas, domésticas e contra as crianças, que constituem a violência direta. Nela, estão inseridos tanto os fenômenos atualmente mais visíveis da violência não organizada (ações violentas associadas à violência comum) quanto outros fenômenos menos visíveis, associados à violência organizada, como os fatos correlatos ao narcotráfico. Também se podem citar os atos de violência doméstica encobertos pelas fronteiras do mundo da vida privada das pessoas.

Como visto, os conceitos de violência, ainda mais no ambiente escolar, são uma questão multifacetada, que envolve diferentes formas de manifestação. O impacto da violência nas escolas não se restringe apenas às vítimas diretas, mas também afeta o ambiente como um todo, influenciando o bem-estar de estudantes e professores, além de comprometer o processo de ensino-aprendizagem. Para promover uma mudança efetiva, é fundamental compreender as diversas origens e manifestações desse fenômeno, com a adoção de estratégias que incentivem o diálogo, o respeito à diversidade e a construção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e inclusivo.

Nesse sentido, os conceitos de Johan Galtung (1990, 1996, 1998), que diferencia as violências direta, estrutural e cultural, são essenciais para uma compreensão aprofundada do problema. O autor (1998) destaca que a violência não se limita à agressão física visível, ela inclui formas estruturais de desigualdade e práticas culturais que a sustentam e naturalizam. Assim, o combate à violência escolar deve envolver não apenas ações pontuais, mas uma transformação cultural e estrutural, promovendo a justiça social, a equidade e a valorização da dignidade humana em todos os níveis. Essa abordagem integrada, abrangendo toda a comunidade educativa e a sociedade, é preponderante para a construção de uma cultura de paz, em que a convivência seja pautada pelo respeito, pelo diálogo e pela valorização do outro.

3.4 Formação de Professores e Cidadania

A quarta categoria, denominada Formação de Professores e Cidadania, contém os trabalhos 2, 3, 5, 12 e 13. Ressalta-se que o trabalho 12 também foi considerado na categoria Violências Escolares e que a produção 13 está presente na categoria Cultura de Paz e Humanização. O trabalho 2, apesar de não ter como tema central a formação de professores, apresenta-a como uma ferramenta capital para mudar a prática pedagógica, permitindo que eles atuem na educação moral dos alunos e previnam a violência. A produção 3 discute a formação continuada de professores, seus desafios e estratégias pedagógicas, bem como o impacto na gestão de conflitos e na saúde emocional dos docentes. Já o trabalho 5 mostra que a construção coletiva de regras e a resolução de conflitos contribuem para a diminuição e prevenção da violência entre os alunos e que a formação dos professores é um dos tantos fatores que influenciam esse processo. O trabalho 12 também aborda a formação, focando os efeitos da violência na vida profissional dos docentes e as possibilidades de enfrentamento na escola. A produção 13 argumenta que uma parte crucial para uma cultura de paz está diretamente relacionada à formação dos professores.

Jerônimo (2019) destaca que a capacitação e formação dos professores é um assunto de ampla discussão. A autora diz que, para alcançar um padrão de excelência na educação, é necessário investir não apenas no desenvolvimento e na ampliação de habilidades, mas, principalmente, transformar significativamente a formação e a compreensão da identidade profissional dos que exercem a função de professor.

Com referência em Nóvoa (1992), a pesquisadora nos faz refletir ao declarar que as práticas de desenvolvimento contínuo voltadas para os professores de forma individual podem ser úteis na aquisição de conhecimentos e técnicas, porém tendem a promover o isolamento e a reforçar a visão dos docentes como transmissores de um saber desenvolvido fora do âmbito da profissão. Por outro lado, ações de formação que considerem as dimensões coletivas ajudam na emancipação profissional e na afirmação de uma carreira autônoma, capaz de gerar seus próprios conhecimentos e valores. Assim, a formação de professores deve ser vista como uma fonte de mudanças positivas para o cotidiano escolar.

A premissa central da produção de Pereira (2019) é que os conflitos devem ser envolvidos em um formato de caráter formativo (não apenas reativo ou punitivo), considerando o contexto cultural,

social e emocional das partes, para promover o desenvolvimento humano e a humanização das relações. Embora o foco não seja diretamente a formação inicial ou continuada de professores, a autora frisa aspectos relevantes para a prática docente e a necessidade de preparação dos educadores para lidar com conflitos de maneira intencional e pedagógica. Dessa forma, Pereira (2019) enfatiza que a escola muitas vezes adota abordagens pontuais e reativas para o tratamento dos conflitos (ex.: punições imediatas, sem reflexão profunda) ou não pondera as causas subjacentes, como dificuldades de aprendizagem e problemas relacionais. A estudiosa também menciona a importância de uma visão formativa no que tange aos conflitos, inspirada em reflexões teóricas sobre violência, emoção e relações sociais. As formações para professores devem priorizar um olhar além da superfície, isto é, compreender as verdades subjetivas dos alunos (emoções, desejos, frustrações e sofrimentos), integrando conhecimentos de Psicologia, Sociologia e Educação. Isso sugere que os momentos formativos com os docentes devem incluir treinamento para mediar conflitos de forma educativa e desenvolver as habilidades sociais dos alunos.

É fundamental trabalhar com a formação de professores, para que possam lidar com os conflitos que se manifestam em sala de aula. Nesse sentido, alguns aspectos são essenciais à formação docente: a necessidade de entender o conflito, a fim de que se possa compreender suas causas e enfrentar as situações de maneira ativa e não reativa; conhecer seus alunos e o contexto do bairro onde a escola se situa; ter acesso a pesquisas e práticas direcionadas à compreensão e à intervenção em situações de conflito, para prevenir a violência (Pereira, 2019, p. 297).

Constata-se, pelo olhar da autora, a imprescindibilidade de que os professores e outros educadores do espaço escolar tenham formações sobre como lidar com os conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.

Pereira (2022) destaca que, a despeito de sua importância no contexto educacional, os professores não recebem dos governantes o seu merecido valor, mesmo ocupando eminente posição. Com base em Nóvoa (2011), o autor também refere que é preciso valorizar a formação de professores calcada na investigação e no processo reflexivo e que, para isso acontecer, é necessário implantar políticas públicas e investimentos direcionados à educação. O autor complementa que o docente deste início de século tem a necessidade de conhecer novos métodos e tecnologias para aprender e ensinar. Por isso, o preparo do professor deve ser diferente: além da filosofia, que lhe é vital como ser crítico, o educador necessita de conhecimentos técnicos que lhe proporcionem desenvolver habilidades psicológicas e práticas para tratar as diferentes realidades com que irá se deparar em sala de aula e na escola em geral.

Em sua dissertação, Fernandes (2017) considera a mediação de conflitos uma estratégia importante para a resolução de disputas, destacando que ela ensina os estudantes a resolverem conflitos sem recorrer à agressão física ou verbal. Além disso, ressalta o papel fundamental do mediador e observa que, para garantir uma mediação de qualidade, é essencial que os docentes estejam bem-preparados. De forma resumida, pode-se dizer que o mediador inicialmente auxilia os

envolvidos no problema a expressar o que sentem ou pensam, mas, com o tempo, eles passam a fazer isso por conta própria, demonstrando autonomia na resolução de seus conflitos.

Para Pereira (2019), convém formar professores hábeis em lidar com situações de violência no cotidiano escolar, como hostilidade física/verbal, discriminação, medo, angústia, cansaço, irritabilidade, drogadição e adoecimento (físico e emocional). E não se pode ignorar que os fenômenos de violência afetam tanto os ambientes internos da escola quanto os externos a ela vinculados. Por conseguinte, o autor propõe que a formação de professores inclua possibilidades pedagógicas para enfrentar esses problemas nas relações concretas do dia a dia.

Nota-se, então, que fortalecer a formação docente com abordagens pedagógicas humanizadas e contextualizadas é uma maneira de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e responsáveis, capazes de promover uma cultura de paz e cidadania em suas comunidades escolares e na sociedade como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia do estado do conhecimento revela-se fundamental para a construção de uma compreensão ampla e atualizada do objeto de estudo em que o pesquisador quer se aprofundar, sobretudo ao possibilitar a sistematização e análise das produções acadêmicas mais recentes e relevantes na área. Por meio desse enfoque, é possível identificar lacunas, tendências e categorias de estudo que orientam a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens, práticas e políticas educacionais. A metodologia favorece uma visão integradora, que combina os conhecimentos existentes com as demandas sociais e pedagógicas contemporâneas; seu uso potencializa a formulação de estratégias fundamentadas em evidências e contribui para o avanço do campo de estudo, fortalecendo o papel da pesquisa na transformação da área estudada.

A abordagem da transformação de conflitos, baseada principalmente na teoria de Lederach (1995, 2012, 2014) e em práticas de mediação, oferece uma perspectiva promissora para a solução de situações conflituosas, podendo influenciar diretamente na gestão da violência escolar. Os estudos analisados demonstram que, em vez de simplesmente evitar ou punir os conflitos, é possível utilizá-los como oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades sociais, a fim de promover uma cultura de paz dentro do ambiente escolar. Para isso, é pertinente investir na formação contínua de professores e na implementação de práticas que favoreçam a empatia, o diálogo e a resolução pacífica de conflitos.

Assim, esta pesquisa evidencia a importância de uma mudança de paradigma, em que a escola seja vista como um espaço de transformação social, capaz de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, aptos a construir relações respeitadas e empáticas. São notórias a necessidade de mais estudos sobre transformação de conflitos e a urgência de formação docente nesse campo, que é essencial no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ARCHANGELO, R. M. R. Um olhar nas relações de convivência na escola: conflitos, violências, mediação e enfrentamentos. 2018. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, Campus Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/871e3077-e9e4-42d4-bf55-29a614354f95/content>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- BARBOSA, T. A. A violência no contexto escolar: representações de alunos do ensino fundamental. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Campus Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/eab69dec-4d64-49b4-a6f6-4c8b11012e99/content>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- BRASIL. Lei n. 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.
- CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ (CIIIP). O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.
- DIAS, G. R. U. Gestão escolar e práticas de redução dos conflitos: a justiça restaurativa em questão. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35257/1/DISSERTAÇÃO%20Gueroliny%20Ruany%20Uchôa%20Dias.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- FACCHINI, J. Por uma construção relacional da paz: a intersubjetividade na transformação de conflitos de John Paul Lederach. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28878/1/ConstrucaoRelacionalPaz.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- FERNANDES, E. P. Construção coletiva de regras e resolução de conflitos: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19923/2/Eliane%20Pinheiro%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, Londres, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- GALTUNG, J. Frieden mit friedlichen mitteln. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 1998.

GALTUNG, J. Peace by peaceful means: peace and conflict, development, and civilization. Londres: Sage, 1996.

GIORDANI, J. P. Violência escolar: formas de manifestação e fatores associados. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140825/000991649.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

JARES, X. R. El lugar del conflicto en la organización escolar. Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, v. 15, p. 53-73, 1997. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1121/2120>. Acesso em: 14 maio 2025.

JERÔNIMO, R. C. Paz para estudar: a mediação de conflitos na escola para uma cultura de paz. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019. Disponível em:

<https://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/123456789/1096/1/Dissert%20Rossana%20C%20Jeronimo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LEDERACH, J. P. Preparing for peace: conflict transformation across cultures. New York: Syracuse University Press, 1995.

LEDERACH, J. P. The little book of conflict transformation: clear articulation of the guiding principles by a pioneer in the field. Nova Iorque: Good Books, 2014.

LEDERACH, J. P. Transformação de conflitos. São Paulo: Palas Athena, 2012.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. 1992. Disponível em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

NÓVOA, A. O regresso dos professores. Pinhais: Melo, 2011.

PARDO, D. W. A.; NASCIMENTO, E. P. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. Revista Direito GV, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-139, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/dvTBpdBnWM8WmP7J8sxnpQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PEREIRA, E. A. C. Espaço escolar na contradição: educação e violência – experiências de professores no contexto da educação básica. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26661/DIS_PPGEDUCAÇÃO_2022_PEREIRA_EDIMILSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 jun. 2025.

PEREIRA, L. R. M. Os conflitos em ambientes escolares: um olhar além da superfície. 2019. 355 f. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Campus Bauru, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/67ab80af-53c2-4351-964f-e36428e5abb0/content>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PINHEIRO, O. B. A. Os conflitos escolares nos anos finais do Ensino Fundamental. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:

História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19118/2/Osana%20Barbosa%20de%20Abreu%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RIBEIRO, E. M. P. P. Intervenção docente nos conflitos interpessoais de estudantes: formas e fatores de interferência. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/701>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ROSENBERG, M. B. Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

SALLES, V. O. Formação de professores em educação para a paz: um caminho para a prevenção das violências escolares. 2022. 162 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/31179/1/formacaoprofessoreseducacaopaz.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOUZA, C. V. Os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar: uma abordagem sobre as práticas restaurativas na educação. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=89827>. Acesso em: 18 ago. 2025.

VASCONCELOS, C. E. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World report on violence and health. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: www.who.int/publications/i/item/9241545615. Acesso em: 14 jun. 2025.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-164, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/LcB3j3vkRWGw9YtcbFxrTwC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Recebido em: 15 de setembro de 2025.

Aprovado em: 16 de janeiro de 2025.

ⁱ Marcio Teixeira de Souza. Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – 2025). Especialização em Gestão Escolar (UNIASSELVI – 2022). Doutorado em Educação pela PUCRS (cursando). Orientador Educacional no Colégio Marista Ipanema – Porto Alegre.
Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0483436260749554>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9375-2583>
E-mail: marcio.teixeira@maristabrasil.org

ⁱⁱ Alexandre Anselmo Guilherme. Graduação (MA Honours) em Filosofia pela University of Edinburgh (2001), mestrado (MLitt) em Filosofia pela University of St. Andrews (2002), doutorado (PhD) em Filosofia pela Durham University (2008) e pós-doutorado pelo Institute of Advanced Studies in Humanity da University of Edinburgh (2010).
Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0273416390435225>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4578-1894>
E-mail: alexandre.guilherme@pucrs.br